



História, Ciências, Saúde - Manguinhos

ISSN: 0104-5970

hscience@coc.fiocruz.br

Fundação Oswaldo Cruz

Brasil

Birman, Joel

Terceira idade, subjetivação e biopolítica

História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 22, núm. 4, outubro-diciembre, 2015, pp.

1267-1282

Fundação Oswaldo Cruz

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386142813010>


- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Terceira idade, subjetivação e biopolítica*

*Senior years, subjectivation,
and biopolitics*

Joel Birman

Psicanalista; professor, Instituto de Psicologia/
Universidade Federal do Rio de Janeiro; pesquisador
e professor, Laboratório de Psicanálise,
Medicina e Sociedade/Université Paris VII.
Av. Pasteur, 250
22290-240 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
joelbirman@uol.com.br

Recebido para publicação em setembro de 2013.

Provado para publicação em setembro de 2014.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000400007>

BIRMAN, Joel. Terceira idade, subjetivação e biopolítica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015, p.1267-1282.

Resumo

O artigo enuncia a emergência histórica do significante e do conceito contemporâneos de terceira idade, indicando a ruptura que foi então estabelecida com a leitura anterior do processo de envelhecimento convencionado na modernidade. Procura problematizar essa passagem crucial na história do Ocidente em perspectiva interdisciplinar, percorrendo diferentes registros de leitura, quais sejam, o social, o econômico, o político e o familiar. Enfatizando as formas de subjetivação presentes na terceira idade, realiza uma leitura crítica dos escritos teóricos da psicopatologia e da neurologia, para ressaltar como ocorreu a exclusão social do velho no contexto histórico da modernidade.

Palavras-chave: biopolítica; subjetivação; terceira idade; longevidade.

Abstract

The article explores the historical emergence of “senior years” as a contemporary signifier and concept that has left behind the previous interpretation of the aging process in modernity. It addresses this vital shift that occurred in the history of the West from an interdisciplinary perspective that encompasses social, economic, political, and familial interpretations. Emphasizing forms of subjectivation found during the senior years, it offers a critical interpretation of theoretical writings in psychopathology and neurology and highlights the process of social exclusion suffered by the elderly in the historical context of modernity.

Keywords: biopolitics; subjectivation; senior years; longevity.

Do signifiante ao conceito

Pode-se enunciar que não existe hoje mais qualquer dúvida de que foi forjada nos últimos 30 anos, no Ocidente, outra representação e uma nova narrativa sobre o processo do “envelhecimento” no imaginário social, e que este se contrapõe nos menores detalhes à representação social antes existente, estabelecida historicamente com a emergência da modernidade. Esta última foi dominante na nossa tradição desde o final do século XVII, se bem que ao longo do século XVII essas representação e narrativa já começaram a ser esboçadas.

Assim, na atualidade a figura do velho perdeu sua unívoca silhueta “monolítica” e “monótona” para se desdobrar em um conjunto multifacetado de figurações, marcada que foi desde então pela “matização”, pela “diferença” e pela “polivalência”. Por isso mesmo, é perfeitamente adequado e plausível afirmar que nos encontramos agora em face de múltiplos “processos” de envelhecimento, uma vez que a figura da velhice se desdobrou efetivamente em diversas possibilidades de ser e de existir, multiplicando pois suas formas de presença no campo do discurso.

Com efeito, no deslocamento do registro do “singular” para o “plural”, o envelhecimento perdeu a marca monótona da “univocidade” e passou a ser decididamente caracterizado pela “multiplicidade”, de maneira que a anterior figura do velho se transformou e passou a se apresentar sob outras formas, mudando de ponta-cabeça sua condição antiga, tanto dos pontos de vista existencial e ético quanto do social. Enfim, uma “outra volta do parafuso”, para parodiar o título do romance de Henry James, se realizou decisivamente na “experiência” e na “leitura” dos processos de envelhecimento, que passaram a ocupar assim a condição gramatical de plural e não mais a de singular, no Ocidente.

Dessa maneira, a velhice se deslocou de um espaço delineado principalmente pelas marcas negativas da invisibilidade e da obscuridade, para ganhar, em contrapartida, uma ostensiva visibilidade social, como nos disseram de diferentes maneiras tanto Lenoir (1979) quanto Guillemard (1980), em uma perspectiva sociológica. Com efeito, a velhice passou a ser concretamente identificada, pela luminosidade que foi lançada sobre ela pelos investimentos e por novas práticas sociais, como formulou Guillemard. Além disso, foi por conta desse processo que a velhice se transformou em uma efetiva categoria social, como Lenoir colocou devidamente em destaque.

Contudo, essa transformação radical na concepção da velhice implicou efetivamente, como condição concreta de possibilidade, um aumento ostensivo da duração da vida, tanto para os homens quanto para as mulheres. A cada ano as pesquisas epidemiológicas, realizadas em escala internacional, indicam indiscutivelmente essa tendência, de maneira segura e irreversível. A maior “longevidade” é certamente uma das marcas eloquentes das melhores condições sociais na contemporaneidade, não apenas, mas principalmente no Ocidente, de maneira ampla e geral, mas que não é irrestrita. Com efeito, um divisor de águas se estabeleceu no que tange a isso, pois as camadas sociais mais ricas das populações foram indiscutivelmente mais privilegiadas nesse processo, comparadas com as camadas sociais mais pobres. Portanto, a ampliação da longevidade foi a condição concreta de possibilidade para alavancar essa nova experiência simbólica e social da velhice, não obstante a diferença

importante no que concerne às diferenças classes sociais, promovendo um giro vertiginoso de 180 graus em sua condição real.

A questão inicial que se impõe aqui, de maneira incontornável, é: a que se deve esse incremento da longevidade? Quais foram efetivamente as condições sociais, políticas e científicas que o tornaram possível?

Para produzir essa resultante certamente estiveram em pauta diferentes fatores, que se conjugaram de maneira complexa e múltipla. Assim, da melhoria ostensiva das condições de habitação até as mudanças concretas dos hábitos alimentares, as condições de vida e de saúde das populações idosas do Ocidente foram transformadas de maneira radical. Além disso, diversas ações realizadas pela medicina, nos diferentes registros da clínica, da prevenção e da medicina social, transformaram as condições de saúde das populações, de forma que se pode afirmar que inequivocamente a “medicalização” do espaço social (Foucault, 1963) foi certamente uma das condições fundamentais de possibilidade para o aumento da longevidade no Ocidente.

No que tange a essa transformação é preciso evocar ainda o papel político crucial desempenhado pelo Estado nesse processo, pelas mudanças que promoveu no sistema de segurança social e de pensões, como colocou em destaque Guillemard (1980). Em decorrência disso, os idosos puderam passar a ter uma inserção social mais digna do que tinham outrora.

Assim, um conjunto de questões sobre a velhice passou a se impor em nossa tradição, questões que não eram formuladas nem tematizadas anteriormente. Essas foram enunciadas nos registros científico, social e ético, evidenciando como a problemática do envelhecimento foi decididamente retirada do campo do “silêncio” e inscrita de maneira eloquente no campo do “discurso”. Vale dizer, a velhice foi transformada em uma “problemática” propriamente dita, passando a ser objeto de “problematizações” diversas, nos diferentes registros da “ciência”, da “sociedade” e da “ética” (Foucault, 1994), assumindo assim novas silhuetas produzidas pelo discurso.

Dessa maneira, a biologia, como discurso científico, passou a se indagar teoricamente sobre os processos presentes no envelhecimento, o que não fazia desde o século XIX. Como se sabe existiu um silêncio estridente sobre essa questão na obra de Darwin, que está sendo finalmente ultrapassado na biologia contemporânea, na qual o paradigma darwinista é teoricamente dominante. Essa transformação teórica no discurso da biologia se desdobrou também no campo da medicina, em que diferentes práticas terapêuticas e preventivas foram forçadas para intervir no campo do envelhecimento, sendo esse inscrito ativamente no campo dos cuidados. Com efeito, a figura do velho ganhou com isso não apenas novos contornos, como também realizações diversas. A resultante maior de tudo isso foi a constituição da gerontologia como especialidade médica, de fato e de direito, de forma a nortear as novas pesquisas e as novas modalidades de assistência aos idosos.

Em consequência disso, os velhos foram ativamente e positivamente inscritos no espaço social, de múltiplas maneiras. De figura silenciosa, solitária, invisível e esquecida no espaço da família, em suas novas figurações os velhos passaram a ter uma intensa experiência social. Com efeito, agora circulando livremente nos cinemas, nos teatros e nos museus, as novas figurações dos idosos pululam de forma inédita no espaço social da contemporaneidade, como nunca ocorrera anteriormente.

Ao lado disso, devemos evocar que a totalidade desse processo se desdobrou inequivocamente em uma outra ética, no que concerne ao envelhecimento como processo, de maneira a estabelecer novas fronteiras entre os registros da vida, da morte e da velhice. Dessa forma, uma outra reflexão sobre a “vida” e sobre a existência se impôs, de maneira que o aumento efetivo da longevidade se desdobrou em outras indagações éticas sobre a existência e a vida como experiência. Com isso, a pergunta que se colocou é se o envelhecimento, em vez de ser o fim da vida e a crônica da morte anunciada – para parodiar o título de um dos romances de Gabriel García Márquez –, não seria antes uma nova etapa da vida. Foi certamente no campo dessa indagação, com efeito, que foi forjado o significante “terceira idade”, para enunciar a existência de novas potencialidades e outras possibilidades de vida na velhice.

A invenção desse novo “significante” implicou uma outra leitura sobre os processos do envelhecimento, colocando em evidência não apenas uma transformação de ordem “biopolítica” (Foucault, 1976, 1997), crucial na tradição ocidental, como também a emergência histórica de um novo “conceito” teórico no discurso da ciência. Deve-se evocar ainda, em consequência desses processos, que a constituição do significante terceira idade indicou e condensou a condição de possibilidade para a construção de novas modalidades de “subjativação” no campo da velhice.

Objeto teórico

Assim, quando foi enunciado finalmente o significante terceira idade, desde os anos 1970 e 1980, no Ocidente, para designar o que era até então denominado velhice, foi forjado ao mesmo tempo um novo conceito sobre o processo de envelhecimento. Contudo, é preciso dizer, enfaticamente ainda, que não se pode inventar um novo significante e principalmente um novo conceito teórico sem constituir, ao mesmo tempo, um novo “objeto teórico” no discurso científico. Dessa maneira, pode-se afirmar sem qualquer equívoco quanto a isso que, pelo enunciado do conceito e do significante de terceira idade, a leitura dos processos do envelhecimento foi transformada de maneira fundamental, pois foi constituído um novo objeto teórico para interpretar de maneira consistente as linhas de força presentes no campo desses processos.

Isso implica dizer que quando o Ocidente promoveu essa mudança, ao mesmo tempo linguística e conceitual, transformou também radicalmente a relação que era até então estabelecida com a velhice, nos registros social, político e existencial. Com efeito, por essa transformação a velhice deixou de representar o fim da vida e a expectativa da morte iminente, para indicar não apenas um “tempo outro” da vida, como também da inserção social e da experiência existencial. Além disso, por essa transformação relevante a velhice perdeu a marca de ser uma “negatividade” em si mesma para se tornar uma “positividade”, de fato e de direito. Enfim, pelo enunciado da terceira idade a velhice foi deslocada decisivamente do registro do silêncio para o da palavra, perdendo a aura da obscuridade e se inscrevendo finalmente no campo da luminosidade, pois se transformou positivamente em objeto de discurso.

Com essa transformação a figura social do velho assumiu outra “posição” no espaço social, marcada que seria agora pela potencialidade existencial e pela “afirmação de si”.

Nos interstícios dessa potencialidade e afirmação de si a figura do velho foi inscrita como “sujeito”, posição que não detinha em sua figuração histórica anterior. Pode-se enunciar, portanto, que outra modalidade de subjetivação foi não apenas forjada como também efetivamente colocada em cena, em decorrência dessa transformação crucial.

Essa transformação fundamental, nos registros do objeto teórico e do discurso científico, implicou uma mudança crucial nos registros social e ético ao mesmo tempo, como já ressalttei. Contudo, pode-se afirmar ainda que algo de radicalmente diferente ocorreu também nos registros “político” e “estético”. Em decorrência disso, constituiu-se não apenas uma política específica para a terceira idade em escala internacional, principalmente nos países mais ricos, em que o processo de medicalização mais avançou no Ocidente, como também a figura do velho foi positivamente infletida por novas valorações ocorridas no registro do “sublime”. No que concerne a isso, com efeito, a produção literária e a filmografia das últimas décadas sobre os velhos é não apenas bastante volumosa, mas também eloquente.

Dessa maneira, se as invenções nos registros linguístico e conceitual pressupõem transformações cruciais que se realizaram nas tramas do espaço social e no discurso político sobre os processos do envelhecimento, relançando assim novas formas de experiência com a velhice, essas se precipitaram também nos registros ético e estético, nas novas leituras empreendidas sobre os idosos, pelas quais eles foram alçados à condição de sujeito. Tudo isso se condensou simbolicamente, enfim, na formulação concisa da nova categoria de terceira idade.

Assim, uma transformação fundamental aconteceu no registro do discurso científico, pela constituição de um novo objeto teórico – a terceira idade – para designar os processos do envelhecimento. Porém, como nos disse Canguilhem (1968) em *O objeto da história das ciências*, seria necessário empreender a conjunção das leituras “internalista” e “externalista” do discurso científico para apreender devidamente a constituição de um novo objeto teórico no campo da história das ciências, para que não se fique restrito seja a uma leitura formalista dos conceitos (“leitura internalista”), seja a uma leitura das condições histórica, social e política que possibilitaram a construção de um novo objeto teórico (“leitura externalista”). Enfim, seria pela conjunção dessa dupla leitura que se deveria delinear e aquilatar efetivamente a invenção do novo significante e do novo conceito de terceira idade, para destacar propriamente a produção de uma “ruptura epistemológica” (Bachelard, 1975), que ocorreu na interpretação contemporânea dos processos do envelhecimento.

Da mesma forma, o epistemologista e historiador de ciências Thomas Kuhn (1970), em *A estrutura das revoluções científicas*, enfatizou que as rupturas na história das ciências, que representaram efetivamente importantes revoluções teóricas, implicaram inequivocamente a constituição de um novo “problema” pela comunidade científica. Porém, a constituição de outro campo de problemas implicaria a ressonância fina existente dessa comunidade com o que estaria ocorrendo efetivamente no espaço social, de maneira a sublinhar a costura íntima que deveria existir entre as leituras “internalista” e “externalista” no campo histórico das revoluções científicas, como nos disse Canguilhem (1968). Contudo, na leitura de Kuhn, a epistemologia e a história das ciências implicariam necessária e igualmente uma sociologia da ciência, o que não seria, no entanto, concebido na leitura epistemologia de Canguilhem.

Portanto, foram inquestionavelmente as transformações que ocorreram nos registros social, político, ético e estético que inscreveram afirmativamente a velhice nas suas relações com o mundo e forjaram assim novas modalidades de subjetivação para os idosos, que se precipitaram na constituição do significante no nível da linguagem e do conceito de terceira idade no registro do discurso científico.

Enfim, é para problematizar devidamente essa transformação crucial, ocorrida ao mesmo tempo no espaço social e no registro do discurso científico, que me voltarei detidamente ao longo deste ensaio.

Modernidade

A pergunta inicial que se impõe aqui é inequivocamente qual foi o contexto histórico no qual essa transformação crucial de fato ocorreu. Para apreender isso devidamente, no entanto, é necessário colocar em destaque qual foi o contexto histórico anterior no qual a velhice foi delineada como o fim da vida e não como um novo tempo da vida, para que se coloque em evidência a ruptura teórica e a descontinuidade social que efetivamente ocorreu. Além disso, é preciso se perguntar ainda quais foram as “dinâmicas” sociais e políticas que estavam em causa na leitura que se realizava da velhice como sendo o fim da vida. Finalmente, é preciso ainda explicitar quais foram as “descrições” que foram forjadas sobre o processo do envelhecimento e sobre a figura do velho, para que o envelhecimento fosse legitimado como o fim da vida e não como um novo tempo da vida.

Antes de mais nada é preciso afirmar que essa transformação crucial aconteceu entre a “modernidade” e a “modernidade avançada”. Ou, se preferirem, entre a modernidade e a “pós-modernidade”. Não vou entrar nos meandros desse importante debate da atualidade, pois me desviaria bastante do foco teórico deste ensaio, mas ele pode ser consultado e avaliado devidamente em diversas publicações existentes (Birman, 2000). Porém, é possível enunciar que a positivação da figura do idoso foi o correlato do que ocorreu igualmente, no contexto histórico da contemporaneidade, com as figuras da mulher e do homossexual, que foram também positivadas e saíram assim definitivamente do limbo e da obscuridade que ocupavam no espaço social. Portanto, como a mulher e o homossexual, o idoso foi transformado positivamente em sujeito e adquiriu assim novas modalidades de subjetivação.

Como já disse, essa transformação ocorreu entre os anos 1970 e 1980, quando se pôde registrar a produção de uma “descontinuidade” no conceito de envelhecimento, que se forjou anteriormente, no final do século XVIII e no início do século XIX, e que se cristalizou desde então no Ocidente.

Na concepção que estava historicamente estabelecida, a velhice seria a etapa final da vida, que seria precedida pela “infância”, pela “juventude” e pela “maturidade”. Estava em questão, nesse contexto histórico, o esquema das “idades da vida”, que foi forjado inicialmente na Idade Média, como uma sequência regular de momentos da vida.

Segundo Ariès (1960), no livro *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, a categoria de infância foi construída apenas na modernidade, pois anteriormente a figura da criança era concebida como sendo a de um adulto em miniatura. A categoria de infância teria sido constituída apenas com a emergência histórica da família nuclear burguesa, com o advento

da modernidade, no qual a figura da criança teria sido particularizada, como a conhecemos ainda hoje.

No que concerne ao idoso é preciso evocar ainda que se estabeleceu desde a Antiguidade a conjunção entre a velhice e a morte. Porém, na nova leitura que foi realizada sobre as idades da vida, no final do século XVIII, a questão da morte foi reconfigurada cientificamente, pois a velhice foi concebida agora como marcada infalivelmente pela “involução”. Com efeito, numa interpretação “evolutiva” das idades da vida, essas teriam assim uma dimensão positiva e evolutiva, que iria da infância à maturidade, e, em contrapartida, uma dimensão negativa e involutiva, que se evidenciaria na velhice. Portanto, a vida seria um processo vital que teria uma dimensão “ascendente” e uma “descendente”, na qual se inscreveria a velhice, no seu caminho irreversível em direção à morte.

Porém, essa leitura biológica da vida se desdobrava igualmente na leitura evolucionista que se fazia do registro moral. Assim, as faculdades “cognitivas” e “afetivas” eram também interpretadas pelas coordenadas teóricas desse processo evolutivo, evidenciando as marcas psíquicas presentes na evolução e na involução. Com efeito, se na infância os processos afetivos dominariam fartamente os cognitivos, uma “inversão” significativa se daria, contudo, na juventude e na idade adulta, quando os processos cognitivos seriam dominantes sobre os afetivos. Porém, na velhice existiria outra inversão, pois agora ocorreria a diminuição marcante das faculdades cognitivas e o domínio progressivo dos processos afetivos no campo psíquico. Por esse viés se estabeleceu a proximidade entre as figuras da criança e do velho.

É possível dizer que o que estava então em pauta era a oposição estabelecida entre os registros da “natureza” e da “cultura”, na constituição evolutiva do ser. Assim, se a infância condensava a natureza em estado puro, isso implicaria o domínio do “instinto” e do “afeto” na experiência psíquica da criança. Porém, com a juventude e a maturidade a cultura seria já dominante no vivente, de forma que o domínio das faculdades cognitivas sobre os registros do afeto e dos instintos implicava como correlato o domínio da cultura sobre a natureza. Porém, na velhice as faculdades afetivas e os instintos cresceriam novamente em importância no ser, com a involução das faculdades cognitivas, de forma a prenunciar o triunfo da morte sobre a vida, de forma que a natureza acabava por triunfar sobre a cultura.

Esse paradigma biológico de orientação teórica evolucionista foi também transposto para a leitura das sociedades, de maneira que, da mesma forma que o vivente e o indivíduo, a sociedade também nasceria, se desenvolveria e envelheceria, podendo caminhar então em direção à morte. Existiria então a infância, a juventude, a maturidade e a velhice das sociedades.

Foi assim, no contexto de domínio desse paradigma teórico, que o conceito de “degeneração” foi forjado pelo discurso psiquiátrico, por Morel (1857), no início da segunda metade do século XIX. Pela mediação desse conceito seria possível pensar não apenas na emergência de anomalias e de patologias, somáticas e psíquicas nos indivíduos, signos privilegiados que seriam da degeneração, mas também na incidência de processos degenerativos das raças e das sociedades, que se desdobrariam na hierarquia evolutiva existente nestas e naquelas.

Portanto, a involução biológica e inevitável da vida que ocorreria na velhice se desdobraria e se plasmaria inequivocamente na degeneração da vida, que ocorreria de maneira previsível, conjugando de maneira concisa e fundada cientificamente os laços entre a velhice e a morte, estabelecidos desde a Antiguidade.

Todas essas leituras, condensadas que foram no paradigma teórico do evolucionismo, convergiram inequivocamente para a constituição do discurso do “biopoder” e da “biopolítica” (Foucault, 1976). Com efeito, a possibilidade de que a vida pudesse efetivamente envolver e degenerar evidenciaria a existência das dimensões de “risco” e de “periculosidade” (Foucault, 1999) nos diversos registros do vivente, do indivíduo e da sociedade, de maneira que, diferentemente do “determinismo absoluto” presente na natureza “inorgânica”, o “indeterminismo” relativo se enunciou indubitavelmente no registro da natureza “orgânica”, em decorrência da qual os viventes poderiam ser marcados pelo “erro” e fadados então à “errância”. Em decorrência disso, enfim, se fez necessário controlar meticulosamente os processos vitais, nos registros individual e coletivo, pela medicalização ativa do espaço social e pela promoção da prevenção da saúde.

Biopolítica e bio-história

Dessa maneira, a leitura evolucionista do registro da vida biológica se desdobrou no discurso biopolítico, pela consideração fundamental dos registros psíquico e social a que estavam acoplados, pelo qual a programação meticulosa da vida da espécie humana foi ostensivamente forjada e positivada. Nessa perspectiva, a constituição da “biopolítica” se desdobrou necessariamente na constituição da “bio-história”, uma vez que a regulação social dos processos vitais implicaria o planejamento e o futuro da espécie humana (Foucault, 1976). Enfim, em nome da promoção da saúde, nos diferentes registros do indivíduo e da espécie, a “raça” foi então positivada como objeto do discurso biológico, e a “eugenia” se inscreveu decididamente como finalidade fundamental dos discursos da biopolítica e da bio-história.

Essa transformação, como já disse, teve como pressuposto e como condição concreta de possibilidade a “medicalização” do espaço social. Isso porque o “ideal da saúde” passou a ocupar a posição anteriormente outorgada ao “ideal da salvação”, que foi formulado e sustentado pela tradição do cristianismo durante séculos (Foucault, 1963).

A medicalização do espaço social na modernidade teve como correlato a constituição de uma nova concepção de “riqueza”, segundo a qual a riqueza de uma nação implicaria a existência de uma “população qualificada”, e não apenas a existência de uma grande extensão territorial e de recursos naturais (Foucault, 1976). Com efeito, seria justamente pela existência da população qualificada que se poderia empreender a “transformação” decisiva dos recursos naturais, existentes em dada extensão territorial, em riqueza. Enfim, seria pelo processo social e econômico do trabalho que a riqueza seria então produzida, o que implicaria necessariamente a qualificação da população.

No entanto, o que seria uma população qualificada, nesse contexto social e histórico? A população qualificada seria aquela que tivesse um bom nível de “educação” e que pudesse usufruir, além disso, de boa saúde (Foucault, 1976). Seria em decorrência disso que a educação se estabeleceu como obrigatória desde o século XIX, não sendo mais restrita às elites econômica e social como ocorria anteriormente, assim como o espaço social foi medicalizado em diferentes escalas de grandeza, nos registros “individual” e “coletivo”. Enfim, foi pela constituição da clínica e pela organização da medicina social, como inovações teóricas e sociais poderosas, que o espaço social foi medicalizado de maneira disseminada na modernidade, como nos

disse Foucault (1963) em *O nascimento da clínica*, de forma que sem aquelas a medicalização do espaço social moderno não teria efetivamente ocorrido.

Foi ainda em decorrência disso que a infância e a juventude, como idades da vida, passaram a receber um investimento específico na emergência histórica da modernidade, posto que a infância e a juventude condensariam simbólica e materialmente o “futuro” da nação, do ponto de vista da qualidade de vida da população. Isso porque, se a infância e a juventude fossem bem educadas e gozassem de boa saúde, o futuro da nação estaria garantido na produção de sua riqueza, pela sua qualificação populacional.

Em conjunção com esse processo, na aurora da modernidade, a “família” foi transformada na sua escala de grandeza e de complexidade, perdendo sua condição anterior de família “extensa” e se reduzindo à escala da família “nuclear” (Ariès, 1960; Ariès, Chartier, 1991). De um espaço social em que conviviam diversas gerações, a família passou a ser concebida como o espaço íntimo no qual existiam apenas duas gerações, a saber, a dos pais e a dos filhos. Por meio desse viés a qualificação populacional se poderia condensar positivamente no investimento social, sanitário e psíquico dos filhos, a ser empreendido ativamente pelas figuras parentais.

Foi ainda nesse contexto histórico que a figura da “mulher” foi transformada fundamentalmente na figura da “mãe”, um vez que seria pela promoção moral do “amor” e do “instinto” maternos (Badinter, 1980) que o processo social de qualificação poderia ser realizado nas populações infantil e juvenil. Com efeito, era a figura materna que realizava a “articulação” decisiva, para a qualificação populacional, entre as instituições da “família”, da “escola” e da “medicina”.

Em consequência desse amplo processo, social, político e econômico, a figura do velho foi representada como sendo negativa no Ocidente, destituída que era de qualquer qualificação social e econômica.

Da ociosidade à inutilidade

Em decorrência da conjunção de sua “inutilidade” social e econômica, no contexto histórico de emergência da sociedade industrial, a velhice passou a ser considerada negativa no Ocidente. Porém, o que ocorreu na aurora do século XIX foi de fato a radicalização de um processo social que já se iniciara no século XVII, dado que, com o “Grande Internamento” e a constituição do “Hospital Geral” (Foucault, 1972), a velhice foi inscrita no contingente eminentemente negativo e perigoso da “ociosidade”.

Nos primórdios do capitalismo mercantil, com efeito, no qual o ócio era moralmente condenado, a velhice começou a ser progressivamente excluída do espaço social ao lado da loucura, da delinquência, da criminalidade, da infidelidade e da blasfêmia, sendo então internada no Hospital Geral. Esse processo se realizou igualmente na França, na Inglaterra e na Alemanha. Porém, com a desconstrução do Hospital Geral, na aurora da modernidade, quando foram construídos os asilos psiquiátricos e as prisões, para internamento dos alienados mentais e dos criminosos respectivamente (Foucault, 1972), a velhice retornou ao espaço social aberto, em que a instituição da família passou a ter o encargo de cuidar dos velhos, com seus próprios recursos econômicos. Nesse contexto, contudo, de ociosa a velhice foi

transformada também em inútil, pela impossibilidade que tinha o velho de trabalhar; assim sendo, a velhice não poderia ser incluída na população qualificada.

Transformada que foi em um peso econômico para a família, pois tinha que ser cuidada, abrigada e alimentada, mas sem conseguir produzir em contrapartida recursos econômicos para a família, a velhice foi então considerada negativa, representação social que permanecerá incólume por quase dois séculos no Ocidente. Em decorrência disso, a inutilidade econômica e social foi transformada ainda em inutilidade moral, pelo novo valor ético assumido pela atividade do trabalho na qualificação da população, no contexto da sociedade industrial no tempo de sua emergência histórica.

Com a mudança radical de escala que ocorreu no campo social da família, que de extensa se transformou em nuclear, a velhice passou a produzir ruído e nela representar um “corpo estranho”. Reduzida a família à escala de duas gerações, aos pais e aos filhos, os velhos não tinham mais seu “lugar” de direito no campo institucional da família, nela vagando de fato como corpos que representavam um peso, uma vez que não tinham na família uma “posição” efetiva, dos pontos de vista “funcional” e “simbólico”. O que cabia aos velhos era a expectativa da morte “real”, para materializar a morte simbólica que já acontecera no espaço social, de forma a delinear o destino concreto e trágico para o corpo estranho representado pela velhice.

Sabedoria, ancestralidade e tradição

Colocando em destaque agora uma leitura histórica no tempo da longa duração (Braudel, 1958), podemos dizer que na modernidade a velhice perdeu decididamente a “aura” – para nos valer do conceito e da metáfora utilizada por Benjamin (1985), no ensaio “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, para evidenciar a nova condição da arte na modernidade, em oposição a que detinha na pré-modernidade –, que possuía na Antiguidade e na Idade Média, quando representava efetivamente as figuras éticas da “sabedoria” e da “ancestralidade”. Com efeito, por ter vivido mais tempo que os demais nas comunidades em que se inseriam e ter acumulado com isso experiências cruciais, que poderiam contribuir decisivamente para a experiência coletiva, os velhos representavam simbolicamente a “memória coletiva” das comunidades sociais nas quais se inscreviam. Pela representação da memória coletiva se condensaria e se fundaria efetivamente a sabedoria e a ancestralidade dos velhos.

Foi em decorrência dessa posição ao mesmo tempo privilegiada e estratégica para a existência desses grupos sociais que, na Antiguidade e na Idade Média, os velhos ocuparam posições importantes na gestão coletiva das suas comunidades, dentre as quais é possível destacar os conselhos dos anciãos, nos quais detinham posições decisivas. A velhice, nesses contextos históricos, representava a memória coletiva dessas comunidades sociais, uma vez que, como se sabe, eram restritos os processos de arquivamento de escritos sobre experiências coletivas – devendo essas ser registradas na memória dos indivíduos –, quando os meios técnicos da impressão não tinham sido ainda inventados por Guttemberg, com todas as consequências sociais e políticas para construção dos arquivos e da memória coletiva no Ocidente.

Como representantes destacados que eram da sabedoria e da ancestralidade, pela detenção concreta da memória coletiva em ato, os velhos eram a representação do “saber”, pelo “poder” que assim detinham. Não é um acaso, portanto, que a figura da sabedoria tenha sido imortalizada por Platão pela personagem de Sócrates, que marcou posteriormente toda a história da filosofia no Ocidente. Não podemos nos esquecer ainda de que a “maieutica” socrática se fundava no campo da memória, de forma que a “rememoração” e a reminiscência eram sempre mediatizadas pela figura imponente do mestre, que oferecia o acesso efetivo à verdade aos seus discípulos (Guthrie, 1969).

É preciso destacar que os registros da sabedoria e da ancestralidade, que se condensavam na memória coletiva, que se plasmava assim como tradição, foram configurados por Benjamin (1994) na figura do “narrador”, que detinha em si, em ato, a experiência efetiva da comunidade. Com efeito, a figura do narrador representava a experiência viva da comunidade, de maneira que a dimensão “pática” presente em ato nessa experiência se materializava como saber e poder ao mesmo tempo. Evidentemente, a dita figura do narrador remete à figura do velho que, como representante que era da memória coletiva, poderia sustentar a narratividade em questão. Sem a figura do velho, enfim, essa narratividade não poderia de fato existir.

Portanto, foi essa posição privilegiada, na qual se conjugavam intimamente os registros da sabedoria, da ancestralidade e da tradição, que a velhice perdeu na aurora da modernidade. Isso porque não apenas a família teve a escala de grandeza de sua organização reduzida, como também pela perda da importância social do velho no processo de trabalho e de produção social da riqueza. Transformado em peso no campo da família e no espaço social em geral, nesse “não-lugar” social que representava, ao velho como corpo estranho cabia apenas a expectativa da morte real, para dar materialidade à morte simbólica que já ocorrera. Nessa condição-limite, situada nos confins e nas bordas da morte simbólica, caracterizada pela invisibilidade, a velhice foi considerada negativa no Ocidente desde o século XIX, com a constituição da sociedade industrial.

É preciso delinear nesse conjunto de operações constituintes dos discursos da biopolítica e da bio-história, a maneira como esse processo incidiu frontalmente nas formas de subjetivação da velhice, evocando o fato de que a densidade negativa da experiência existencial da condição do velho na modernidade se configurou de maneira precisa e ordenada, com regras bem estabelecidas. Pretendemos colocar assim em relevo as leituras psicopatológica e neurológica que foram realizadas sobre a velhice desde o século XIX, no Ocidente. Isso porque tais leituras teóricas, supostamente científicas, procuraram criar versões consistentes que legitimavam a posição socialmente negativa outorgada à velhice, nas bordas da morte simbólica.

Subjetivações

Como desdobramento crucial da perda de suas insígnias simbólicas e pela correlata negatividade imprimida na sua condição funcional no espaço social, a figura do velho foi marcada radicalmente pela perda das marcas narcísicas que seriam constituintes de seu ser. Dessa maneira, o velho era esvaziado nas suas coordenadas fundamentais. Essa perda narcísica assumia então duas faces, rigorosamente complementares. Com efeito, a

dita perda incidia tanto no registro somático quanto no psíquico, promovendo efeitos devastadores no velho, tanto sobre sua saúde física quanto sobre sua economia psíquica.

Por esse desinvestimento narcísico no registro do somático a figura do velho ficava inequivocamente vulnerável e frágil, expondo-se então à emergência de diversas enfermidades somáticas, que acabavam por levá-lo inequivocamente à morte. Com efeito, pela perda das defesas imunológicas o velho não podia proteger-se devidamente dos ataques ao seu organismo, por diversos agentes biológicos endógenos e exógenos, adoecendo fatalmente em consequência disso.

No registro psíquico a dita perda narcísica conduzia a figura do velho inapelavelmente para o “masoquismo”, que de maneira contínua o corroía por dentro, nos interstícios do seu ser. Portanto, desvalorizado e desqualificado, nos registros simbólico e funcional, o velho perdera inteiramente sua autoestima, sendo então reduzido à condição-limite de ser “nada” e de certamente não valer nada. Destituído de qualquer poder simbólico e social, o velho se voltava para dentro de si, onde se consumia pelo masoquismo mortificante, que o destruía progressivamente. Seria em decorrência disso, enfim, que o organismo do velho se fragilizaria do ponto de vista imunológico e adoeceria inequivocamente em consequência desse processo.

Nessa ausência radical de reconhecimento simbólico e na perda da sua funcionalidade social, a figura do velho transformava fundamentalmente sua relação com a experiência da “temporalidade”. Na ausência de um projeto efetivo de “futuro” e com a perda do valor concreto do “presente” na sua existência, apenas restava ao velho o retorno ao tempo do “passado”, no qual era reconhecido funcional e simbolicamente, e valorado pelo que era e pelo que fazia concretamente no passado. Portanto, nesse retorno e ancoragem seguros ao tempo passado de sua existência, a figura do velho buscava ainda desesperadamente se reencontrar como “sujeito”, o que lhe era negado tragicamente no tempo do presente de sua vida e na ausência de qualquer projeto de futuro para sua existência.

É preciso destacar que a descrição, ao mesmo tempo neurológica e psicopatológica, de que a velhice conduziria inapelavelmente o indivíduo à perda da memória do presente e à intensificação progressiva da memória do passado não é apenas a consequência direta e natural do envelhecimento cerebral, isto é, um efeito nas funções cognitivas das transformações neurais do sistema nervoso central, mas também um dos efeitos maiores da condição de perda do reconhecimento simbólico e funcional da figura do velho promovida pela modernidade. Nas impossibilidades delineadas no tempo presente e na ausência de um futuro tangível, em que qualquer sujeito poderia encontrar as coordenadas efetivas para sua existência, apenas restava à figura do velho o reduto do passado, onde era ainda reconhecido efetivamente como sujeito (Birman, 1997, p.197-200)

O que implica dizer que não existiria nesse processo apenas uma perda irreversível da faculdade de atenção, que seria produzida material e naturalmente pelo processo do envelhecimento, pela incidência da involução biológica no sistema nervoso central, como se enunciava de forma incisiva nos discursos da neurologia e da psiquiatria na modernidade. Com efeito, o que estava em pauta era o fato de que a figura do velho não desejava mais investir no presente, na uma vez que não recebia do espaço social a devida atenção e a visibilidade que merecia, voltando sua atenção para o passado, quando havia sido efetivamente reconhecida.

Contudo, nesse retorno implacável para dentro de si, norteado pelas linhas de força da temporalidade voltadas para o passado, coordenado pela perda das marcas narcísicas e pelo masoquismo, a figura do velho era lançada inapelavelmente no abismo do território da “melancolia”. Pela mediação do “ressentimento”, promovido pela ausência do reconhecimento simbólico e pela perda de qualquer funcionalidade social, a figura do velho era lançada no vazio e tomada pelo esvaziamento de si, por um lado, e pela ira, por outro. Na tensão estabelecida entre os polos psíquicos do esvaziamento e da ira, a figura do velho era marcada pela melancolia. Dessa maneira, a dita figura atacava ativamente as marcas deixadas pelo outro dentro de si, incrementando mais ainda seu deserto existencial, pela ruptura que realizava de seus laços afetivos com os outros.

Ao lado da melancolia a psicopatologia de outrora descrevia ainda a grande frequência de desenvolvimentos paranoicos e maníacos com o envelhecimento. Assim, se pela “paranoia” o velho buscava acusar ativamente os outros pela sua destituição simbólica e derrocada funcional, colocando-se na posição subjetiva de “vítima” do mundo; pela “mania” o velho procurava, em contrapartida, recusar sua efetiva condição de perda simbólica e funcional representando-se como ainda sendo jovem. Com efeito, pelo travestismo juvenil a figura do velho empreendia vertiginosa e ativamente a “recusa” psíquica de sua posição no mundo (Birman, 1997, p.200-209).

É preciso dizer ainda que pela negação radical de que era permanentemente objeto, desde a emergência histórica da modernidade, a figura do velho também exercia sobre si uma grande cobrança pela sua existência anterior à velhice. Essa cobrança poderia ser mesmo bastante implacável. Como desdobramento disso, as modalidades melancólica, paranoide e maníaca da subjetivação eram marcadamente intensificadas na velhice, pois pelo não reconhecimento simbólico e pela perda de suas posições funcionais no espaço social a figura do velho não podia refazer efetivamente sua existência, uma vez que o tempo da existência já tinha passado, sendo lançado então em impasse existencial intransponível no seu psiquismo.

Da modernidade à contemporaneidade

É preciso evocar que o prolongamento da vida biológica acabou por promover uma reversão parcial da condição social e simbólica da velhice na contemporaneidade. Não obstante sua evidente parcialidade, essa reversão é significativa o bastante para que lhe seja dado o devido destaque. Nessa reversão, a velhice sofreu uma inflexão decisiva, deixando de ser a expectativa da morte iminente para se transformar em uma nova idade da vida biológica e da existência. A condição existencial do velho passou a ser positivada, perdendo a marca da negatividade que foi promovida pela modernidade. Foi essa reversão significativa que se condensou na invenção do signifiante e do conceito da terceira idade, como uma nova idade da vida, como enunciei longamente no início deste ensaio.

Assim, seja pelas melhores condições de habitação e de alimentação, no Ocidente, seja pelas melhores possibilidades de cuidados promovidas pela medicina e pelas mudanças no sistema de pensões, a extensão da vida biológica é inequívoca. Em decorrência disso, na contemporaneidade os diferentes Estados foram confrontados com o imperativo de ter de cuidar da velhice e para ela forjar uma nova posição no espaço social. O desdobramento desse

processo foi que a biologia passou a se voltar detidamente para o estudo e para a pesquisa da velhice, como não o fizera desde o século XIX.

Nessa transformação fundamental, pela qual a velhice foi transmutada positivamente em terceira idade, o imaginário social passou a enunciar prolixamente novas “ficções” e outras “narrativas” sobre a nova idade da vida. Com efeito, da figura do velho à espera da morte, que imperou no Ocidente até os anos 1980, nas novas ficções e narrativas contemporâneas a velhice passou a ser delineada pela presença do “desejo” e pelo imperativo da potencialização intensa da vida.

Nessa perspectiva, tanto na literatura quanto no teatro e no cinema novas personagens da velhice foram construídas; da comédia à tragédia, passando pelas aventuras do amor e pelos impasses da paixão, a vida da velhice passou a ser ativamente reencantada. No contexto da contemporaneidade, a velhice passou a se apresentar como sendo marcada pela alegria e ainda atravessada pela potência da vida. Enfim, a pujança da vida passou a se inscrever nas entranhas dos idosos e nas novas narrativas sobre a velhice.

Assim, se Brecht traçara já uma leitura crítica da velhice na modernidade, com bastante humor e ironia, no romance *A velha dama indigna*, a dramaturgia inglesa contemporânea, em contraponto, delineou na peça de teatro *Harold e Maude* (que no Brasil chamou-se *Ensina-me a viver*) uma bela história sobre a terceira idade que encantou as plateias do mundo todo, na qual a potência de vida, de desejo e de afirmação de ser se inscreveu paradoxalmente na figura do velho e não na do jovem, invertendo assim de maneira significativa a fórmula que estava presente na modernidade.

Considerações finais

Antes de concluir este percurso teórico sobre a nova leitura da velhice na contemporaneidade, é preciso se indagar ainda pela posição ocupada pela psicanálise em face da velhice desde a sua constituição histórica, no final do século XIX. Assim, que posição simbólica ocupava a velhice no discurso psicanalítico? É preciso se indagar ainda se efetivamente existiu uma leitura crítica e uma nova posição “estratégica” ocupada pela velhice no campo do discurso psicanalítico. Ou se ele, em contrapartida, delineou também a figura do velho como “resto” e “resíduo” da vida, como ocorreu ao longo da modernidade.

É preciso colocar em destaque dois aspectos e dimensões da problemática em pauta, para evidenciar o paradoxo presente no discurso freudiano no que tange à velhice. É preciso evocar inicialmente o fato de que Freud não acreditava que a prática psicanalítica pudesse se realizar concretamente com os velhos, justamente porque não tendo esses qualquer horizonte e perspectiva de futuro a experiência analítica não teria sentido para eles. Nesse particular, portanto, o discurso psicanalítico acolhia a personagem real do velho tal como fora engendrada pela modernidade, com toda a carga e representação da negatividade e impossibilidade que estavam aí presentes.

É preciso enunciar ainda que nas coordenadas teórica e ética, delineadas pelo discurso freudiano, a problemática da velhice ocupava uma posição diametralmente oposta a essa, sendo então efetivamente positivada pela psicanálise. Nessa perspectiva, o discurso freudiano

seria crítico da modernidade no que concerne à problemática da velhice, assumindo dessa maneira uma posição marcadamente antimoderna.

Ao atribuir inicialmente ao registro da “memória” um lugar estratégico no psiquismo (Freud, [1895] 1973a), em conjunção íntima com os registros da “imaginação” e do “fantasma” (Freud, [1887-1902] 1973b), o discurso freudiano colocou devidamente em destaque as condições “pretéritas” e “históricas” para a constituição do sujeito em psicanálise. Em seguida, ao atribuir “ao complexo de Édipo” uma posição estratégica na construção do psiquismo, desde *A interpretação dos sonhos* (Freud, [1900] 1976), essas dimensões foram ainda mais destacadas pela psicanálise.

Portanto, desde os seus primórdios a psicanálise, com Freud, inscreveu a figura do sujeito em uma “genealogia”, de forma que a presença dos antepassados e a trama das gerações passaram a ocupar uma posição estratégica no discurso freudiano. Com Lacan ([1953] 1966, p.227-322), desde o ensaio intitulado “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, essa leitura genealógica do sujeito foi ainda mais potencializada, na posto que como estrutura e não mais como complexo o Édipo passou a ser concebido no registro que conjugaria agora diferentes gerações.

O mundo em lusco-fusco dos antepassados e dos mortos passou a se inscrever positivamente no campo estratégico do discurso psicanalítico, para delinear a constituição do sujeito. A figura da memória coletiva, que fundava as formas de ancestralidade, da sabedoria e da tradição, na Antiguidade e na Idade Média, foi restaurada pelo discurso psicanalítico, que acabou por positivar a problemática da velhice e da morte na constituição genealógica do sujeito.

NOTA

* Este texto foi escrito a partir das notas que me orientaram na conferência realizada no colóquio “Les dynamiques du vieillir”, organizado pelo Laboratório de Psicanálise, Medicina e Sociedade, da Université Paris 7, entre 15 e 17 de março de 2012, em Paris, na Université Paris 7 e na Bibliothèque Nationale de France.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe.
L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime. Paris: Seuil. 1960.

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger.
História da vida privada, v.3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

BACHELARD, Gaston.
La formation de l'esprit scientifique. Paris: Vrin. 1975.

BADINTER, Elizabeth.
L'amour en plus: histoire de l'amour maternel (XVII^e-XIX^e siècle). Paris: Flammarion. 1980.

BENJAMIN, Walter.
O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, Walter. *Magia e*

técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense. p.197-221. 1994.

BENJAMIN, Walter.
A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Benjamin, Walter. *Obras escolhidas*, v.1. São Paulo: Brasiliense. p.165-196. 1985.

BIRMAN, Joel.
La psychanalyse et la critique de la modernité. In: Boukobza, Claude. *Où en est la psychanalyse?* Psychanalyse et figures de la modernité. Paris: Érès. p.56-72. 2000.

BIRMAN, Joel.
Estilo e modernidade em psicanálise. São Paulo: Editora 34. 1997.

BRAUDEL, Fernand.
Histoire et sciences sociales: la longue durée.
Annales. Économies, Sociétés, Civilisations, v.13,
n.4, p.725-753. 1958.

CANGUILHEM, Georges.
L'objet de l'histoire des sciences. In: Canguilhem,
Georges. *Études d'histoire et d'epistemologie des
sciences*. Paris: Vrin. p.9-23.1968.

FOUCAULT, Michel.
Les anormaux. Paris: Gallimard/Seuil. 1999.

FOUCAULT, Michel.
Il faut défendre la société. Paris: Gallimard/Seuil.
1997.

FOUCAULT, Michel.
Dits et écrits, v.4. Paris: Gallimard. 1994.

FOUCAULT, Michel.
La volonté du savoir. Paris: Gallimard. 1976.

FOUCAULT, Michel.
Histoire de la folie à l'âge classique. Paris:
Gallimard. 1972.

FOUCAULT, Michel.
*Naissance de la clinique: une archéologie du
regard médical*. Paris: PUF. 1963.

FREUD, Sigmund.
L'interprétation du rêve. Paris: PUF. 1976.

FREUD, Sigmund.
Esquisse d'une psychologie scientifique. In:
Freud, Sigmund. *La naissance de la psychanalyse:*

lettres à Wilhelm Fliess, notes et plans
(1887-1902). Paris: PUF. p.45-120. 1973a.

FREUD, Sigmund.
Lettre 52. In: Freud, Sigmund. *La naissance de la
psychanalyse: lettres à Wilhelm Fliess, notes et
plans* (1887-1902). Paris: PUF. p.125-250. 1973b.

GUILLEMARD, Anne-Marie.
La vieillesse et l'Etat. Paris: PUF. 1980.

GUTHRIE, William K.C.
A history of Greek Philosophy, v.3. Cambridge:
Cambridge University Press. p.323-500. 1969.

KUHN, Thomas.
The structure of scientific revolutions. Chicago:
University of Chicago Press. 1970.

LACAN, Jacques.
Fonction et champ de la parole et du langage en
psychanalyse. In: Lacan, Jacques. *Écrits*. Paris:
Seuil. p.131-245. 1966.

LENOIR, Rémi.
L'invention du troisième âge: construction du
champ des agents de gestion de la vieillesse. *Actes
de la Recherche en Sciences Sociales*, v.26, n.26-27,
p.57-82. 1979.

MOREL, Bénédict Augustin.
*Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles
et morales de l'espèce humaine et des causes qui
produisent ces variétés malades*. Paris: Baillière.
1857.

